

**Intervenção do Ministro das Finanças
na Assembleia da República
na audição de apreciação, na especialidade, do
OE2022**

Assembleia da República, 13 de maio de 2022

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

O Orçamento do Estado para 2022 está a ser discutido numa conjuntura exigente e complexa.

A economia portuguesa apresenta um desempenho assinalável que podemos, e devemos, sublinhar. Mas por outro lado, acumulam-se fatores de pressão externa, à vista de todos, os quais não podemos evitar, e com os quais temos de saber lidar.

No primeiro trimestre deste ano, Portugal superou todas as expectativas e cresceu 11,9%, quando

comparado com o período homólogo. Este não é apenas um crescimento impulsionado por uma base de comparação baixa com os piores tempos da pandemia. Como mostram os dados trimestrais, face ao final de 2021, a subida foi de 2,6%. Está hoje mais claro para todos que o nosso objetivo de crescimento para 2022 inscrito no Orçamento é alcançável.

Não devemos, nem podemos, desvalorizar estes desenvolvimentos. Entre os 11 países da União Europeia que já apresentaram dados, a economia portuguesa foi a que mais cresceu.

Este crescimento não é fruto do acaso. É o resultado do esforço das famílias e das empresas que deve ser reconhecido. É resultado, por exemplo, do setor do turismo, que está a recuperar de dois anos de provação a que a pandemia o sujeitou. Nos primeiros três meses deste ano, as dormidas e os hóspedes no país cresceram mais de 300% face ao ano passado. E se é certo que por esta altura em 2021

atravessámos um dos períodos mais exigentes da nossa história recente, os dados sobre o período da Páscoa e estimativas para o verão apontam, pelo menos em algumas regiões, para desempenhos já comparáveis aos máximos pré-pandemia.

A comprovar o dinamismo da atividade económica estão também as receitas fiscais e contributivas que subiram 15,2% até março. Fiscais, sim, mas também contributivas, repito. Aliás, estas últimas aceleraram em março, subindo 9,2%, prova da robustez do mercado de trabalho. O que de resto também é visível nos últimos dados do desemprego: 5,9% no primeiro trimestre, revelou o INE esta semana, um valor historicamente baixo.

Os bons sinais são hoje visíveis por todos. Ainda na semana passada a agência de notação financeira Fitch melhorou a perspetiva da dívida portuguesa, revalidando a estratégia orçamental que está a ser

seguida e impulsionando a credibilidade externa do país.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Apesar dos bons resultados, enfrentamos uma conjuntura externa exigente e complexa.

As tensões geopolíticas agravaram as pressões inflacionistas que já existiam. Ainda que todas as instituições internacionais considerem que estas pressões são transitórias, sabemos como o aumento de preços já pesa sobre os orçamentos das famílias e das empresas. E não sabemos, com certeza e rigor, quando regressaremos à normalidade.

As perspetivas de subida de juros na zona euro são também cada vez mais evidentes: esta semana a presidente do BCE sinalizou de novo essa intenção já no início do verão.

Um agravamento das taxas diretoras terá, a prazo, repercussões nos custos de financiamento da República à medida que formos refinanciando nova dívida. Mas não só – reflete-se também no esforço pedido às famílias e às empresas para suportarem os seus próprios empréstimos.

Algumas economias, entre elas importantes parceiros de Portugal, começaram o ano com piores notícias do que nós. Comparando o primeiro trimestre deste ano com o último de 2021, a zona euro cresce mais devagar, Espanha e Alemanha quase estagnaram, França registou uma variação nula, e Itália entrou em terreno negativo.

Portugal não está imune a este enquadramento e é por isso que, respeitando a confiança que os portugueses depositaram em nós, temos a obrigação de falar de forma rigorosa e frontal, e de nos prepararmos para tempos ainda mais exigentes. E estar preparado significa tomar no presente as decisões necessárias para acorrer aos mais vulneráveis, protegendo as famílias e as empresas, mas aproveitar também o melhor momento da economia nacional para ganhar margem de manobra para o futuro.

Este orçamento é igual em tudo o que tinha de ser igual ao orçamento apresentado em outubro, e é diferente naquilo que tem de ser diferente.

Investe no futuro, ao mesmo tempo que mitiga o efeito do aumento dos preços energéticos para as famílias e empresas

Dou três exemplos:

- O Orçamento de 2022 inclui 55 milhões de euros para apoiar as famílias mais vulneráveis com uma prestação única de 60 euros, e uma ajuda de 10 euros por mês na compra de botijas de gás, durante três meses.
- O Orçamento acomoda medidas significativas de redução da carga fiscal sobre os combustíveis. Cada português paga hoje menos 27 cêntimos por litro quando vai à bomba de gasolina do que pagaria sem qualquer medida pública. Repito: sem as medidas que tomámos na área fiscal, os portugueses pagariam mais 27 cêntimos por litro de combustível do que hoje pagam. No total, entre novembro e o final de junho, e considerando os subsídios a empresas e famílias e os impostos que deixámos de cobrar, contabilizaremos 700 milhões de euros em apoios.
- Subsídio as empresas com uso intensivo de gás, totalizando 160 milhões de euros de apoio, suportando até 30% do aumento dos custos do gás.

O Orçamento responde à conjuntura, e prolonga a linha política que seguimos desde 2016 de **reforço dos rendimentos das famílias**. Neste, nunca é demais sublinhar a trajetória de subida do SMN, que em 2022 subiu 6%, para 705 euros: ou seja, mais 560 euros anuais

No Orçamento não faltam exemplos de medidas que continuam a reforçar os rendimentos das famílias:

- Aumentamos de forma extraordinária as pensões até 1108 euros, garantindo um aumento mínimo de 10 euros, para mais de 2,3 milhões de pensionistas que em julho receberão os retroativos até janeiro de 2022. Este valor de quase 200 milhões de euros que acrescem à atualização regular das pensões;
- Baixamos o IRS para as classes médias;

- Isentamos de IRS mais 170 mil agregados familiares, através do aumento do chamado mínimo de existência;
- Alargamos a majoração da dedução por dependentes a partir do segundo filho para os seis anos, e reforçamos o rendimento das famílias com filhos até aos 17 anos, através do pacote “Garantia Infância”;
- Alargamos o IRS jovem e renovamos o Programa Regressar.

Este é um orçamento que também às empresas, mobilizando cerca de 3.500 milhões de euros, entre apoios diretos (como é o caso da redução da carga fiscal nos combustíveis que também se lhes aplica) e vários instrumentos de apoio à capitalização, ao investimento e à inovação. São disso exemplo:

- O Incentivo Fiscal à Recuperação, que apoiará até 25% o investimento das empresas no segundo semestre de 2022; ou

- A capitalização do Banco de Fomento em 250 milhões de euros para, no quadro do Programa Europeu InvestEU, apoiar a capitalização e resiliência financeira das empresas, mobilizando investimentos públicos e privados;

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Aos que dizem que o Orçamento não compensa todas as famílias e todas as empresas pelos aumentos de custos decorrentes também do atual choque energético, devemos responder com a verdade: não há orçamento no mundo, mesmo nas economias mais ricas, que consiga defender tudo e todos de um choque desta magnitude. Mas uma coisa posso aqui garantir hoje: as famílias e as empresas estariam muito mais delicada sem este orçamento; e, igualmente importante, as famílias e as empresas

estarão muito melhor com este orçamento do que com as políticas que têm sido defendidas pelas oposições.

Tal não significa, contudo, que não possamos melhorar o Orçamento, beneficiando de propostas de alteração apresentadas em sede de especialidade. Reitero por isso mais uma vez a abertura do Governo para, em diálogo construtivo, analisar e acompanhar propostas que, demonstrando a sua pertinência, não coloquem em causa a orientação fundamental deste orçamento e os princípios de responsabilidade e prudência que nos guiam.

Quero desde já aqui adiantar iniciativas na área do poder local e das autarquias tão importantes como:

- a possibilidade de autorização de recrutamento para necessidades decorrentes de descentralização em municípios que têm maior dificuldade;

- a possibilidade de isentar um conjunto de procedimentos e obrigatoriedade de despacho autarquias que pretendam cumprir com acordos celebrados em vez de beneficiar da possibilidade de não terem de reduzir o seu excesso de endividamento em 10%;
- a possibilidade de os municípios concederem subsídios a entidades não societárias em que participem sem posição dominante;
- e um vasto conjunto de medidas dirigidas especificamente aos municípios que integrem os sistemas de águas e saneamento.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento do Estado para 2022 reforça rendimentos e promove políticas de crescimento e investimento preservando a estratégia de contas certas – e isto não é coisa pouca.

O défice orçamental vai recuar este ano para 1,9% do PIB e continuaremos a reduzir a dívida pública, garantindo valores próximos de 120% do PIB no final do ano e caminhando para retirar Portugal dos lugares do pódio dos mais endividados.

O objetivo de redução do défice e da dívida não é uma medalha ou um lugar num ranking, como tenho sublinhado.

É aliviar o peso da dívida que é pago pelos contribuintes;

É reforçar a credibilidade que permite ao Estado, empresas e famílias financiarem-se a custos mais baixos;

É ganhar uma margem de segurança para os tempos difíceis que se avizinham;

É garantir que podemos continuar a escolher o nosso rumo;

Este é o caminho que melhor protege as famílias e as empresas, em suma, é o caminho que melhor protege Portugal.

Um caminho que percorreremos determinados e convictos de que saberemos, uma vez mais, com os portugueses, enfrentar e vencer as adversidades.

Cuidando sempre de quem mais precisa, sem deixar ninguém para trás, e garantindo um futuro melhor para todos.

Muito obrigado.